

TERRITORIALIDADE E A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ-BA: ENTRAVES, AVANÇOS E DESAFIOS PARA A REFORMA AGRÁRIA.

Fábio Deraldo dos Santos[1]
Emmanuel Oguri Freitas[2]
José Raimundo Oliveira Lima [3]
Nacelice Barbosa Freitas[4]

Palavras-chave: Território; Questão agrária; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é desenvolvido a partir de estudos e reflexões realizados no projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Planejamento Territorial – PLANTER, na Universidade Estadual de Feira de Santana, cujo objeto de pesquisa é a questão agrária no município de Ipirá, BA, a partir da experiência do Assentamento Dom Mathias. Outro segundo fator motivador para este trabalho foram estudos e discussões a disciplina Políticas Públicas, Planejamento e Participação Social do curso supracitado. Ao longo do trabalho foi possível obter alguns resultados bem promover reflexões que constatam uma estrutura fundiária injusta e excludente. O acesso aos dados do INCRA permite avançar no debate da questão agrária em Ipirá, BA, cujos objetivos consistem em analisar a questão agrária no município, buscando compreender como estão

[1] Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTER, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Bolsista CNPQ. fabioderaldo@gmail.com.
[2]Graduado em Direito, Mestre e Doutor em Sociologia do Direito. Professor adjunto em regime de dedicação exclusiva da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. emmanuel.of@uefs.br
[3]Graduado em Ciências Econômicas, Mestre em Gestão integrada de Organizações, Doutor em Educação. Professor titular da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. zeraimundo@uefs.br
[4]Licenciatura plena em Estudos Sociais, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Doutora em Geografia. Professora Adjunta B da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. nbfreitas@uefs.br

estruturadas as propriedades rurais, realizar levantamentos e análise de dados, além de identificar a possível existência de iniciativas de mobilização e luta pela reforma agrária. Nesse sentido, foi proposta a seguinte: Quais são os desafios e possíveis entraves para implantação de novos projetos de reforma agrária no município? Vale ressaltar que este não se propõe a esgotar a temática apenas neste trabalho. Portanto o tema seguirá aberto a novos estudos e aprofundamentos.

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho consiste de uma discussão bibliográfica contendo análise documental, tendo como base artigos, textos, livros, dissertações, além de levantamento de dados e informações em sites, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O Município de Ipirá, BA, localizado no Território de Identidade Bacia do Jacuípe e na Microrregião geográfica de Feira de Santana.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate sobre a questão agrária no município implica pensar a reforma agrária enquanto uma relevante política pública, capaz de corrigir disparidades e injustiças sociais no âmbito local, bem como garantir a sobrevivência/permanência das famílias no campo. Germani (2010, p.2) argumenta que,

> [...]Neste sentido, identifica-se a continuidade da histórica concentração de terras e as enormes barreiras encontradas pelos grupos sociais que reivindicam seus direitos territoriais para reverter esta permanência histórica.

Apesar das dificuldades apontadas, vale destacar a luta e a resistência de trabalhadores(as) rurais sem terra que se articulam em Ipirá, BA desde meados da década de 1980, que culminou com a existência atualmente de cinco assentamentos de reforma agrária no município, somando uma área total de 2.852,45 hectares segundo dados do INCRA. A emergência da questão agrária traz à tona as questões territoriais e os conflitos agrários.

Esta questão demonstra que a situação está relativamente distante de uma resolução da demanda pela terra no município. No entanto, Ipirá pode ressaltar certo avanço no que tange à reforma agrária, se comparado a outros municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, dialogando com esta afirmativa, Santana (2018, p. 71) destaca,

> [...] O município de Ipirá atualmente possui 322 famílias assentadas, numa população de 59.343 pessoas, conforme último censo demográfico de 2010. No território de Identidade da Bacia, composto por 14 municípios, apenas Ipirá e Pintadas possuem assentamento de reforma agrária.

Na análise desse processo, alguns resultados ainda preliminares, evidenciam a dificuldade no acesso à terra no município, o que em termos práticos se configuram como entraves para a implementação da reforma agrária, sendo a concentração fundiária um dos principais desafios. Sobre essa questão, Santana (2018, p 71) explicita,

> [...] Ipirá ainda possui uma grande concentração de terras e muitas famílias sem terra ou com pouca terra vivem da agricultura de subsistência e da pecuária, com pequenas criações. Pelo menos mais cinco fazendas, que apresentam características de serem áreas improdutivas, foram indicadas ao INCRA para serem vistoriadas ainda na primeira década do ano 2000, mas sem, até o momento, obter sucesso.

Como estratégia de enfrentamento a essa problemática, percebe-se o engajamento dos movimentos sociais que lutam pela terra através de iniciativas que possam cobrar e pressionar o estado a agir com mais celeridade na tomada de decisões em favor do movimento.

Porém a morosidade e a burocracia do estado deixa evidente mais um entrave para a concretização da reforma agrária, o que termina por desmobilizar o movimento, ao mesmo tempo em que permite ao latifundiário criar novas estratégias de manter a propriedade, segundo Santana (2018, p. 71) relata,

> [...] Em 2012, foi criado um acampamento reivindicando a desapropriação da Fazenda Santa Izabel, que fica vizinha ao Assentamento Dom Mathias. No entanto, em 2016 o acampamento foi desativado, tendo em vista que a fazenda, mesmo já tendo ocorrido a primeira vistoria pelo INCRA, foi parcelada pelo fazendeiro que a transformou em quatro propriedades, como forma de impedir o procedimento de desapropriação, uma vez que as frações da fazenda passam a ser consideradas pequenas propriedades.

Diante de tal desafio, toda atenção e crítica recaem sobre a ação do estado, que ao não agir de forma eficiente, faz com que a resolução da questão agrária se arraste lentamente ao longo do tempo. Uma vez que tal questão emerge da própria formação e consolidação do estado brasileiro, fundamentada no latifúndio.

Neste cenário, faz-se necessário lembrar que o estado brasileiro abriu mão da tutela da terra, quando no ano de 1850 o Parlamento Imperial definiu o acesso e a propriedade através da aprovação da Lei de Terras. Dialogando com essa realidade, (Martins 2012, p. 78) aponta, "[...] No meu modo de ver, não se pode falar em função social da propriedade, se para fazer cumpri-la O Estado não ter o pleno senhorio do território, isto e, o direito e o poder de impor os modos e condições de usar a terra".

A resistência dos camponeses frente a tais desafios faz-se muito necessária, no sentido de não perder o engajamento e encontrar estratégias para manter as mobilizações e foco nos objetivos do movimento. O processo de construção das resistências é bastante complexo, uma vez que o território se constitui por diversas correlações de forças, conforme Fabrini (2008 p. 240) apresenta,

> [...] Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

Nos estudos geográficos, é de extrema relevância, o uso coerente dos conceitos e/ou categorias de análise da Geografia, tal como na análise da questão agrária. Partindo desse princípio o conceito/categoria que servirá de embasamento para este ensaio, conforme discussões e definições sobre esse conceito, Santos (2002, p. 9) afirma,

> [...] A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

A apropriação do conceito de território permite analisar o contexto socioespacial da questão agrária a partir da correlação de forças e do jogo de interesses na produção do espaço. De acordo com (Fernandes 2005, p. 5) "[...] a questão agrária gera continuamente *conflitualidade.* Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato".

A territorialidade neste contexto expõe os elementos conflitantes da questão agrária uma vez que o Território se constitui por múltiplas dimensões no âmbito das relações de poder. A terra se torna o principal elemento dessa relação, na medida em que esta aparece como objeto de disputa por diferentes agentes sociais. Sobre essa relação, Haesbaert (2004) argumenta,

> [...] A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

No município de Ipirá nota-se a produção de novas territorialidades, a partir da concretização da reforma agrária, como caso do Assentamento Dom Mathias, onde, o movimento conseguiu alcançar seu objetivo. Contudo, mesmo nesse caso, as dificuldades encontradas são muitas, como salienta (Matos 2022, p.58) "[...] Sabe-se que há um grande desafio na vida dos assentados, que perpassa a luta pela terra, pois, trata-se de uma luta constante por sobrevivência, na busca por políticas de permanência no campo".

Dessa forma torna-se necessário e de grande importância o acesso eficiente a políticas públicas que possam fomentar o desenvolvimento de ações e estratégias para viver na terra e dela retirar o sustento da família, fomentando a autonomia e a geração de renda de modo sustentável, de acordo com, (Martins, 2012, p. 181) "[...] Nesse sentido, a reforma agrária como solução para a questão agrária pode ser percebida no seu lugar e na sua função social e política mais apropriados".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível obter alguns resultados bem promover reflexões que indicam constatações de uma estrutura fundiária que se apresenta injusta e excludente. O acesso a dados como os divulgados pelo INCRA permitiu avançar no debate da questão agrária em Ipirá, BA, cujos objetivos foram analisar a questão agrária no município, buscando compreender como estão estruturadas as propriedades rurais, realizar

levantamentos e análise de dados, além de identificar a possível existência de iniciativas de mobilização e luta pela reforma agrária.

O embasamento teórico relacionando com os dados e resultados levantados apontam consistentes indicadores sobre a concentração fundiária no município, no entanto, é importante considerar a necessidade de aprofundamento da pesquisa bem como a busca e analise de outros dados para que a questão/problemática possa ser analisada.

Portanto, é possível afirmar que o tema segue em aberto, podendo ser mais explorado ao longo de outros trabalhos, no âmbito da própria pesquisa já mencionada na introdução, uma vez que a mesma ainda está em andamento. Inclusive há necessidade de alcance de um dos objetivos deste trabalho, no que se refere a identificar existência novas iniciativas e mobilizações de luta pela reforma agrária no município.

Nesse contexto, contribuir para fomentar o debate sobre a reforma agrária, uma vez que o tema ainda é bastante controverso na sociedade brasileira como um todo e no município de Ipirá não é muito diferente, embora existam projetos que se concretizaram em assentamentos, o debate sobre reforma agrária aparece muitas vezes de forma pejorativa e deturpada.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

FABRINI, João E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E.T. (Org). **Campesinato e Territórios em Disputa.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008: 1ª edição.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** Porto Alegre, RS, 2008.

IBGE, **Cidades 2024**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ipira/panorama. Acesso 23/08/2024.

INCRA, **Estrutura fundiária 2018.** Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/estrutura-fundiaria. Acesso em 09/09/ 2024.

MARTINS, José de Souza. A questão agraria no Brasil e as condições e possibilidades da reforma agrária. **A sociedade vista do abismo; Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2012: 4ª Edição.

MATOS, Maíse Nascimento. **Um caminho além do latifúndio: O processo de luta e permanência na terra no Assentamento Dom Mathias no município de Ipirá-BA.** Amargosa, BA, 2022.

SANTANA, José Raimundo Souza. **Lei versus costumes: conflitos territoriais decorrentes da utilização da Lei do Pé Alto em Ipirá/BA entre os anos 60 e 80 do século XX.** Feira de Santana, BA, 2018.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Indicadores Municipais** 2018. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2193&Itemid=1044&lang=pt . Acesso em 19/09/2024.